FELIPE MENDONÇA TERRA

Campanhas políticas, liberdade de expressão e democracia

O caso das propagandas eleitorais antecipada e negativa

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2018

Sumário

Introdução 1

Primeira Parte. Premissas Teóricas

1. Jurisdição constitucional e o processo eleitoral:
o direito na política e a política no direito 9
1.1 A jurisdição constitucional entre a ameaça e a esperança 9
1.2 A constitucionalização da política democrática 12
1.3 Jurisdição constitucional e processo eleitoral no Brasil 19
1.4 Três questionamentos sobre relação entre jurisdição constitucional e o processo eleitoral 26
1.4.1 Por que? A teoria do "seguro eleitoral" e a jurisdição constitucional como garantia aos perdedores do jogo democrático... 26
1.4.2 Quando? O procedimentalismo: a jurisdição constitucional como via de manter abertos os canais democráticos 33
1.4.3 Como? O constitucionalismo democrático: a construção do sentido da Constituição pelas cortes constitucionais, instituições políticas e a vontade popular 42
1.5 Alguns comentários finais 56
2. Liberdade de expressão e democracia:
a centralidade da proteção ao discurso político 57
2.1 Introdução 57
2.2 Justificando a proteção da liberdade de expressão 60
2.3 Explorando a relação entre liberdade de expressão e democracia 70
2.3.1 Teoria democrática e liberdade de expressão 70
2.3.2 A limitação da liberdade de expressão ao discurso político? 82
2.3.3 Liberdade de expressão como proteção ao dissenso 86
2.4 Liberdade de expressão, democracia e discurso político na jurisprudência constitucional. 92

2.4.1 Liberdade de expressão como pressuposto da democracia 92
2.4.2 Categorização: a liberdade de expressão na Suprema Corte dos Estados Unidos 98
2.5 Comentários finais 107

Segunda Parte. Liberdade de Expressão Eleitoral

3. Liberdade de expressão e eleições 109
3.1 O "excepcionalismo eleitoral" à liberdade de expressão 109
3.2 O princípio da igualdade de oportunidades nas disputas eleitorais 125
3.3 Alguns aspectos controvertidos envolvendo discurso eleitoral 145
3.3.1 Tolerância e democracia: discursos radicais no processo eleitoral 145
3.3.2 Financiamento de campanhas políticas 152
3.3.3 Pesquisas eleitorais 171
4. Propaganda política 177
4.1 Propaganda e marketing político 177
4.2 Efeitos da propaganda política 192
4.3 Propaganda político-eleitoral: uma perspectiva comparada 201
4.3.1 Modelo liberal 204
4.3.2 Modelo público 211
4.3.3 Modelo híbrido 218
4.3.4 Proibição da propaganda política na televisão 225
4.4 Conclusões parciais 230
5. Quando, onde e como: o regime da propaganda político-eleitoral no direito brasileiro 232
5.1 Introdução, ou "ao vencedor, as batatas" 232
5.2 Tipos de propaganda político-eleitoral 235
5.3 Restrições à propaganda eleitoral 248
5.3.1 Restrições temporais. O conceito de propaganda eleitoral antecipada 248

5.3.2 Restrições de acordo com a natureza dos bens (públicos e particulares) 260
5.3.3 Restrições à forma de realização da propaganda eleitoral 265
5.3.4 Restrições de acordo com o meio de comunicação 268
5.3.5 Restrições quanto ao conteúdo. A propaganda eleitoral negativa e o direito de resposta 275
5.3.6 Propaganda eleitoral na internet: aspectos específicos 285
5.3.7 Pesquisas e debates eleitorais 293

Terceira Parte. Propagandas Eleitorais Negativa e Antecipada

6. Propaganda eleitoral negativa 299
6.1 Introdução 299
6.2 Propaganda negativa e democracia: alguns dilemas 303
6.3 Propaganda negativa no direito brasileiro: uma análise jurisprudencial 328
6.3.1 Considerações gerais sobre propaganda negativa no Brasil. Sanções e o direito de resposta em matéria eleitoral 328
6.3.2 Propaganda negativa no Tribunal Superior Eleitoral (2012-2014) 337
6.3.3 Propaganda negativa no Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (2012-2014) 340
6.3.4 Algumas conclusões 343
6.4 Avaliando a propaganda político-eleitoral negativa à luz da posição preferencial da liberdade de expressão: parâmetros 346
6.4.1 Considerações gerais 346
6.4.2 Em defesa da propaganda negativa: democracia e liberdade de expressão 353
6.4.3 O controle da propaganda negativa: parâmetros 363
7. Propaganda eleitoral antecipada 382
7.1 Introdução: maratona ou corrida de cem metros? 382
7.2 Em defesa da democracia como ela é: o papel das campanhas políticas 385

7.3 Propaganda eleitoral antecipada na jurisprudência brasileira 398
7.3.1 Propaganda eleitoral antecipada no Tribunal Superior Eleitoral (2012-2014) 401
7.3.2. Propaganda eleitoral antecipada no Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (2012-2014) 404
7.3.3 Algumas conclusões 406
7.4 Avaliação constitucional da vedação à propaganda eleitoral antecipada 410
7.4.1 A experiência comparada e três valores fundamentais: liberdade de expressão, democracia e igualdade 410
7.4.2 O fim da linha divisória entre política e eleições: alguns parâmetros 425
Conclusão 437
Referências Bibliográficas 441